

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008865-24.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **Renato Terrone**  
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que há anos faz uso dos serviços de telefonia prestados pela ré, tendo recebido dela a informação de que procederia à substituição da tecnologia de sua linha.

Alegou ainda que isso efetivamente aconteceu, mas a nova tecnologia não funcionou, de sorte que não obstante as inúmeras tentativas que realizou para que a situação se normalizasse permanece ainda sem acesso a ligações telefônicas.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento porque a realização de perícia é prescindível à solução do litígio

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

como adiante se verá.

Rejeito-a, pois.

No mérito, é incontroverso que sucedeu a troca de tecnologia da linha telefônica utilizada pelo autor, passando da WLL para a FWT.

A divergência que se coloca consiste em saber se a nova tecnologia tem funcionado regularmente, pois enquanto o autor sustenta que isso não acontece, permanecendo sem condições de utilizar sua linha telefônica, argumenta a ré que a linha está em perfeito funcionamento.

Diante desse impasse, foi expedido mandado de constatação cumprido por Oficial de Justiça, o qual prestigiou as palavras do autor.

Observa-se pela certidão de fl. 136 que a linha telefônica do autor não está em regular funcionamento de modo que para realizar uma ligação são necessárias várias tentativas e com a interrupção das ligações.

Tal dado contraria a explicação da ré, valendo registrar que ela a fls. 139/140 apresentou hipóteses que poderiam justificar o status quo sem que um único elemento concreto fosse amealhado para ao menos conferir verossimilhança a qualquer delas.

A conjugação desses dados aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária conduz ao acolhimento da pretensão deduzida para que seja a ré condenada ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em restabelecer o normal funcionamento da linha telefônica do autor.

De igual modo, e à míngua de comprovação de que nos meses de agosto e setembro de 2014 o autor fez uso da linha apurada como inoperante, nada justifica o recebimento de valores pela ré para a contrapartida de serviço não prestado.

Contudo, entendo que os danos morais causados ao autor estão configurados.

O problema trazido à colação arrasta-se há espaço de tempo significativo mesmo diante das incessantes tentativas do autor para sua solução (anoto por oportuno que a petição foi instruída por documentação que elenca os protocolos dos contatos havidos junto à ré sem que a situação fosse resolvida e ela em momento algum refutou que isso tivesse acontecido).

Evidencia-se em consequência que ao menos no caso do autor a ré não lhe dispensou o tratamento que seria exigível, não se podendo também olvidar a importância que os serviços de telefonia assumiram nos dias de hoje.

Ao ser privado deles, portanto, o autor sofreu abalo de vulto que foi muito além do mero dissabor inerente à vida cotidiana e ficou afetado como de resto ficaria qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

É o que basta para a configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré (1) ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em restabelecer o normal funcionamento da linha telefônica do autor em dez dias, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 até o limite de R\$ 5.000,00; (2) a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação de fazer imposta no item 1, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento dessa obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 01 de abril de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA